

DERROTA EM DUAS FRENTES



Bristol (EUA) – Ao ler os jornais e assistir aos programas de televisão nos Estados Unidos, dá vontade de dizer “Bom dia, pessimismo”. Há raras notícias encorajadoras sobre o estado geral da nação, com a exceção de um ou outro momento fulgurante, como a corajosa atitude do prefeito judeu Michael Bloomberg em defesa do direito de muçulmanos construir um centro comunitário em Manhattan, a umas poucas quadras do “ground zero”. Em primeiro lugar, trata-se, como está acima, de um centro comunitário, não unicamente uma mesquita, como insistem em dizer os inimigos da democracia e do direito de liberdade de expressão e de culto, garantidos pela Constituição. Tais inimigos são os mesmos que se arvoram em “patriotas” e se refugiam, quase todos, nas hostes do Partido Republicano e do inominável Tea Party. São os mesmos que querem erguer na fronteira com o México um muro da vergonha e expulsar a bala os imigrantes de origem latina. São a turma antigamente liderada pelo falecido canastrão Charlton Heston, porta-voz da National Rifle Association, a turma atualmente seguindo com entusiasmo o reacionarismo ditado pela ex-governadora do Alaska, Sarah Palin.

Bloomberg pisou na bola há algum tempo, quando mandou demitir a diretora de uma escola em língua árabe em Manhattan, sob a pretexto de que ela era uma defensora da “Intifada”. (A mulhe, Debbie Almontaser, apenas dera uma entrevista fornecendo a tradução da palavra.)

Michael Bloomberg agora se redimiou, com o tipo de coragem que no momento, francamente, se pode esperar apenas de um judeu - alguém que, por definição, não precisa ter medo de ser chamado de “anti-semita”. O que Bloomberg diz é muito simples: se não permitimos que as pessoas pratiquem sua religião com liberdade nos Estados Unidos, como teremos moral para denunciar intolerância em relação a cristãos e judeus em outros países?

É um ponto de vista que Obama defende em princípio, embora, como é de seu feitio, já tenha também comparecido diante de câmaras e microfones para “suavizar” suas declarações, explicando que o fato de defender o direito de construir o centro comunitário não significa que considere “sábria” a escolha do local.

E assim vai Barack Obama, cada vez mais propenso a acomodações. Seus planos econômicos, muito tímidos, pouco fizeram para aliviar o índice de desemprego. Sua liderança em favor de um tratado contra o aquecimento global evaporou-se, sua anunciada saída imediata do Iraque ainda não se efetivou, seu abandono de Guantánamo ficou para as calendas e no Afeganistão ele permanece em silêncio quando seu suposto subordinado, o general David Petraeus, dá entrevistas insinuando que as tropas talvez não sejam retiradas em julho de 2011, embora tenha recebido ordens inequívocas do presidente para tanto. São tempos de pessimismo na “land of the free and home of the brave”.

*Fonte: Direto da Redação
José Inácio Werneck - Bristol*

O RIGOR DA LEI

Por Wilmar Marçal

Desde a antiguidade o homem busca através de normas e leis estabelecer o equilíbrio na sociedade. Algumas vezes o bom-senso e a razão não são suficientes para sensibilizar pessoas e governantes. É preciso viver na prática a essência de atuar e agir em prol daqueles que esperam nas leis o cumprimento e a perfeita sinergia entre direitos e deveres. De modo destacado, o governo federal fez, e vem fazendo, vultosos investimentos em possibilitar que muitos brasileiros e brasileiras estudem Medicina em países de língua latina, especialmente em Cuba. Por outro lado, o sonho de praticar a profissão esbarra na vaidade de alguns professores e professoras que, revestidos de “deuses e deusas”, não convalidam os respectivos diplomas. São os conhecidos colegiados de cursos das universidades públicas, que, composto por “titulados seres” mostram-se inoperantes em tentar resolver o problema social da saúde pública. Seus membros se intitulam “juízes” e barram o procedimento de regularização dos diplomas conseguidos no exterior. Situação real e anacrônica. No momento em que vivemos a globalização, que permuta científica e cultural se fazem on-line,

ainda há resquícios de alguns “doutores” em Universidades em querer a realidade longe do que seja plausível. Ora, o curso de medicina em Cuba é sim um modelo de prevenção muito interessante para os países como o Brasil, que vive o ressurgimento de doenças tropicais, algumas de caráter epidêmico, como tuberculose, dengue, febre amarela, sífilis e tantas outras. A negativa de algumas Universidades Públicas na convalidação dos diplomas aos recentes profissionais é muito mais uma insegurança profissional por parte dos que não querem a boa e importante competitividade. A medicina não pode ser um mercado e não deve permitir o corporativismo. Aos “médicos medrosos” que, por vezes, se vestem de beca e capelo, julgam a improcedência e a decência dos diplomas conseguidos em boas universidades fora do Brasil, resta somente aplicar a Lei, ou melhor, o rigor da lei. Por isso, este ato de convalidação dos diplomas obtidos no exterior, precisa ser motivado pelo legislativo, pois se deixarmos para o executivo jamais haverá avanço. Quando alguns seres humanos, de referida classe, mortais como todos, ainda insistem em prevaricar o bem-estar da população pela ganância em não dividir benefícios, está na hora de ações legais. A lei também serve para quem persiste no mau-senso.

** Wilmar Marçal é professor universitário e ex-reitor da UEL./Pr.*